

MR40: Movimentos sociais na Amazônia: cenários de conflito, resistência e mudança social.

Coordenação: Sidnei Peres (UFF)

Debatedor/a: Bruno Rodrigues (UFAM)

Participantes: Edna Castro (UFPA), Marilene Freitas (UFAM), Sidnei Peres (UFF)

Resumo:

A proposta desta mesa redonda é refletir sobre os cenários de conflito e mudança social, na Amazônia, que implicam mobilizações coletivas, dinâmicas territoriais e demandas de reconhecimento que confrontam grupos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais com agências estatais, atores econômicos e empreendimentos capitalistas. O enfoque incidirá sobre contextos de antagonismo entre modalidades distintas de uso dos recursos naturais, estratégias de reprodução social e processos de reorganização econômica e política. Os regimes de dominação social, expropriação/controlar fundiários e (i)mobilização da força de trabalho são diversos, constituindo uma área de estudos antropológicos que produziram etnografias e um rico arsenal conceitual e analítico que permitem uma base sólida para formulação de reflexões em nível comparativo sobre as situações diversas de reorganização social, econômica e política em que povos e comunidades tradicionais lutam pela manutenção de suas identidades e modos de vida.

A floresta tem sujeito, tem história: etnicidade, território e conflito na Amazônia.

Autoria: Sidnei Peres

A Amazônia, essa imensa área (transnacional) de floresta tropical delimitada pela bacia hidrográfica do Rio Amazonas, remete a uma realidade complexa, caracterizada por uma enorme diversidade ecológica, política, econômica, linguística e étnica. Esta região, no século XX, foi o terreno de políticas, processos e dinâmicas territoriais que articularam os campos do desenvolvimento, do ambientalismo e do indigenismo, inscritos em processos de formação do Estado e desenvolvimento capitalista no Brasil. Neste contexto, as múltiplas modalidades de organização social e formas de existência coletiva (sejam indígenas, camponesas, urbanas) só podem ser compreendidas em referência aos modos de dominação e resistência que resultam das contradições e antagonismos entre modalidades contemporâneas de ocupação da terra e uso dos recursos naturais. A vida do ribeirinho amazônico (às vezes designado como caboclo) sempre foi palco de conflitos, resistência e mudança. Cabe assinalar que as categorias de indígena, camponês e cidadão, enquanto formas de existência e identidade coletivas, não se excluem necessariamente, constituindo-se em referência de pertencimento em situações específicas de interação com outros agentes sociais. O temo ribeirinho abarca diferentes dinâmicas territoriais e configurações socioespaciais, também podendo se constituir em certas circunstâncias como emblema identitário. Pretendo abordar aqui a manufatura de direitos territoriais no Médio Rio Negro, envolvendo os "caboclos de Barcelos e Santa Isabel" e os fenômenos de etnogênese objetivados politicamente em associações indígenas. A região das bacias dos rios Preto-Padauri e Aracá-Demeni são ricas em piaçabais. O "fazer a comunidade" e o "fechar o rio", duas expressões que indicam os cálculos e estratégias econômicas inerentes a reprodução social das famílias indígenas, sintetizam duas modalidades antagônicas e complementares de experiência e de organização social que tem um peso relevante na configuração dos conflitos sociais e das ações de afirmação étnica. Os processos sociais e políticos aqui descritos e analisados, resumidamente, originam-se de experiência de pesquisa e de perícia, realizadas em duas décadas, na região do Rio Negro. Aproveito para propor algumas discussões teórico-

metodológicas mais gerais: a) sobre modalidades de ocupação e uso dos recursos naturais e formas compulsórias de exploração do trabalho na Amazônia; b) sobre o diálogo entre antropologia e história; c) sobre a ruptura epistemológica com a dicotomia (nem sempre admitida explicitamente) entre condição camponesa e indígena.

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

